

518

O PENSAMENTO DE SALAZAR

CAMINHO DO FUTURO

*DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NA
SEDE DA UNIAO NACIONAL, EM 1 DE JULHO DE 1958*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO

L I S B O A • 1 9 5 8

1230



O PENSAMENTO DE SALAZAR

CAMINHO DO FUTURO

*DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, PROFESSOR DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NA
SEDE DA UNIÃO NACIONAL, EM 1 DE JULHO DE 1958*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
L I S B O A ● 1 9 5 8



SIN. F.
1230

INCORPORACAO

O PENSAMENTO DE SALAZAR

CAMINHO DO FUTURO

DESTINO PROMETIDO POR SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, PROFESSOR DOCTOR OLIVEIRA SALAZAR, NA
SEDE DA ESCOLA NACIONAL EM 1 DE JUNHO DE 1938

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMACAO
LISBOA • 1938

Meus Senhores

Esta reunião destinava-a eu ao exame de certo número de problemas políticos que as últimas eleições trouxeram ao debate e penso interessarem tanto às oposições como a nós próprios. Mas antes de ocupar-me deles cumpro o dever de renovar os agradecimentos à Comissão Executiva e a todas as comissões da União Nacional pelos esforços empregados e os sacrifícios que houveram de fazer para assegurar a vitória, não obstante ter-se notado aqui e além alguma falta de zêlo ou excesso de boa fé. As Senhoras e o movimento que organizaram merecem uma palavra especial, e ainda mais se alguns de nós chegámos às urnas pela sua mão. Decerto não houve lugar para receios mas o dever pode ser correctamente cumprido com frieza, enquanto a fé e o entusiasmo são comunicativos, criam adeptos, arrastam os tíbios, multiplicam as forças. Sejam pois gratos às que nos deram tão largo apoio e tão proveitosa lição.

O Supremo Tribunal julgou já definitivamente o pleito eleitoral e não há pois dúvida de que ganhámos as eleições: no entanto estarmos bem convencidos disso é o ponto de que havemos de partir. Foi evidente a todos que a campanha das oposições não foi pròpriamente de propaganda de candidatos à Presidência da República, mas o desenvolvimento de um processo subversivo e tal que se tem tentado protelar para além

da eleição e se eternizaria e agravaria se, com espírito fraco e mão débil, o deixássemos alastrar. A aparência é pretenderem as oposições manter de pé a sua queixa de que as eleições não foram livres e lhas roubaram. Nunca ouvi dizer coisa diferente em Portugal às oposições que perdem. A diferença de votação é tal que ninguém pode crer seja possível obtê-la com baixas manigâncias de que aliás fomos grandemente vítimas por muita parte.

Apesar de tudo creio ter sido grande serviço prestado ao País a realização das eleições e a concorrência das oposições às urnas. Não que a designação do Chefe do Estado deva continuar a fazer-se por esta forma, mas porque é essencial criar e radicar para manifestações semelhantes hábitos de tolerância e civismo de que o acto em si próprio, mau grado os precedentes, foi demonstração exemplar.

As críticas que em catadupa e com a violência dos grandes temporais desabaram sobre o Governo e as pessoas intervenientes na administração, perturbaram alguns espíritos que terão mesmo chegado a duvidar das virtualidades do regime e a si mesmos se interrogariam sobre a segurança do caminho trilhado. Esses não repararam em que os gritos subversivos teriam então mais valor que os votos entrados nas urnas e a clara afirmação de fé que se destinavam a exprimir. Independentemente da atenção que a todas as críticas se deve, é, pois, em face da vitória e não das recriminações, que há-de definir-se o caminho do futuro.

I

Na situação em que nos encontramos, só duas vias se nos oferecem — e aliás nenhuma outra surgiu, por qualquer forma, do debate: uma, que pode exprimir-se por completar, renovar, prosseguir; outra, fazer evolucionar o regime para um regime diferente e esse não pode ser senão o regime partidário.

Quando falo em regime não faço alusão à Monarquia; esta não é um regime mas uma instituição que pode fazer beneficiar do seu contributo próprio regimes bem diversos. Mas para falar útilmente no problema é preciso que pudéssemos fazê-lo só à luz da razão e do interesse nacional uniformemente compreendido. Não é prudente nem necessário para o meu fim remexer em paixões ainda vivas que certamente turvariam o nosso juízo. Regressemos então ao regime dos partidos.

Muitos países dos que nos são mais afins pela formação espiritual adoptam oficialmente o regime democrático e em muitos deles a democracia tomou a forma parlamentar. Mas enquanto que os regimes democráticos favorecem a floração partidária, as exigências da governação impõem pelo menos a redução dos partidos: o bipartidismo concertado parece ser em tais regimes a expressão menos inconveniente, mas para o momento só os países anglo-saxónicos conseguiram radicar esta fórmula que nós já aliás conhecemos do rotativismo monárquico. Esta é a razão por que de fora nos chegam de quando em quando sugestões discretas no sentido de que o Governo devia suscitar, favorecendo-a, a sua própria opposição; cá dentro muitos aderem à ideia, julgando-a viável. O que vou dizer serve para demonstrar que é possível criarem-se partidos políticos, — o que era aliás o confessado objectivo das opposições depois de nova ditadura — mas que não é possível nem conveniente fazer um partido de opposição.

Desde o começo do século XIX até ao presente nós fizemos em Portugal numerosas experiências políticas, semelhantes, senão iguais, às que vemos fazer noutros países. Tivemos a monarquia não partidária, as guerras civis, os pronunciamentos, o caudilhismo dos marechais, o rotativismo de dois partidos, a fragmentação partidária, a república sem partidos de 1910, de novo a divisão após a Constituição de 1911, as tentativas de aglutinação, o presidencialismo de Sidónio, enfim o 28 de Maio. No período anterior a este movimento, havia na realidade um forte partido, sólidamente estruturado, e em face dele

pequenas patrulhas políticas ou, com mais propriedade e respeito, estados maiores políticos sem forças importantes que os seguissem. Nunca me pareceu que a relativa fraqueza destas fosse a resultante da força do partido democrático mas apenas da impossibilidade de se constituir um partido conservador forte nas circunstâncias de então: a questão monárquica não permitia o recrutamento à direita de forças numerosas; e o processo revolucionário que de vez em quando interveio para estabelecer um sonhado equilíbrio pode dizer-se que se frustrou inteiramente. A ideia porém de que estaria aí a solução do problema político português era perfilhada por alguns que intervieram no 28 de Maio, e ter-se desviado desse trilho foi considerado uma traição e vemos que continua a ser considerado um erro. Isso nos obriga a rever o problema em 1958.

Como poderá formar-se uma oposição válida e que características poderia ter?

Para mobilizar 23% do eleitorado, as oposições fizeram a maior coligação e mais completa conjugação de esforços de que há memória e tiveram de aceitar a cooperação, senão a preponderância directiva dos elementos comunistas. Os que sobrevivem do chamado partido democrático, monárquicos liberais ou integralistas desgarrados, socialistas, elementos da Seara Nova, o directório democrato-social, vestígios dos partidos republicanos moderados, alguns novos, sedentos de mudança, e os comunistas — todos poderiam unir-se, como fizeram, mas só podiam unir-se para o esforço de subversão, não para obra construtiva. Não se pode ser liberal e socialista ao mesmo tempo; não se pode ser monárquico e republicano; não se pode ser católico e comunista — de onde deve concluir-se que as oposições não podiam em caso algum constituir uma alternativa e que a sua impossível vitória devia significar aos olhos dos próprios que nela intervinham cair-se no caos, abrindo novo capítulo de desordem nacional.

De todos os agrupados para o assalto só uns, embora pouco numerosos, têm uma doutrina, uma fé, métodos próprios

de acção : são os comunistas. De modo que, desintegrando-se ao mesmo tempo, a U.N., como seria lógico, a tal alternativa confunde-se com o aparecimento de uma poeira de partidos, dos quais o partido comunista clara ou encapotadamente reconhecido seria o inspirador e guia e finalmente a única força dominante. Há por aí fora muitos exemplos em que se devia atentar.

A tendência que vai fazendo no mundo o seu caminho, imposta pelas dificuldades dos problemas internos e externos dos Estados, já se afirma com suficiente relevo no sentido não partidário e antipartidário; a meio caminho está o esforço de aglutinação ou mesmo o concerto dos partidos para dividirem entre si o poder, com se fossem um só. Trata-se porém de organizações cujos fundamentos filosóficos e éticos são idênticos ou afins e cuja separação é devida mais a incompatibilidades ou preferências pessoais do que a divergências doutrinárias. Não é porém isso o que se nos depara em Portugal; além disso, quando os outros se encaminham penosamente para a unidade, nós que pudemos conquistá-la recomeçávamos a dispersão.

De todas as experiências políticas em que fomos fecundos, a dos últimos 30 anos constitui sem sombra de dúvida a que melhor se ajustou ao nosso modo de ser, a que tem assegurado mais largo período de tranquilidade e paz pública, a que se desentranhou em maiores benefícios para a colectividade. Foi preciso impor sacrifícios, sem dúvida; é natural haver erros, injustiças, deficiências, atrasos, abusos — tudo isso o podemos admitir, porque nada é suficiente para destruir o valor da comparação. A ordem, a tranquilidade pública, o decoro da vida política, com excepção dos períodos eleitorais, o prestígio conquistado, o progresso geral, o fortalecimento da coesão nacional aqui e no Ultramar, aceitamos que com outras pessoas se pudessem conseguir: com outros princípios não.

Não devemos confundir oposições e partidos, nem crer que, sem partidos expressamente admitidos ou pressupostos na Cons-

tituição e tidos como organizações indispensáveis à vida política, as vozes discordantes não podem fazer-se ouvir nem por numerosas que sejam ter peso na governação. Ao contrário. Só governos independentes das organizações partidárias, abertos e nacionais, podem, sem se negar, satisfazer ou encorporar nas suas realizações e até na sua doutrina aquela parte de verdade e de interesse nacional que pode surpreender-se aqui ou acolá, sem dependência de filiações partidárias, de credos ou de grupos. Mas os partidos não podem fazê-lo sem abdicar ou sem concorrer para a sua própria destruição.

Se a Nação se comportar com bom senso e não sacrificar em demasia à abstracção dos sistemas e às ambições pessoais, o que está indicado não é regressar à desordem parlamentar e fraqueza dos governos, não é destruir a experiência que se acreditou pela sua eficácia, mas renová-la, se necessário, em pessoas e métodos, e prosseguir. Este o segundo caminho enunciado acima.

II

Tem de reconhecer-se que algumas das dificuldades actuais provieram de se não ter completado mais cedo a organização corporativa e de consequentemente a Câmara Corporativa não se apresentar como a emanação directa dos interesses económicos, espirituais e morais, corporativamente organizados. Assim que isso suceda — o que deve ser em poucos meses — a Assembleia Nacional poderá alterar a Constituição no respeitante à designação do Chefe do Estado, porque haverá então possibilidade de encontrar base mais larga para o efeito do que a Câmara dos Deputados. De facto, aos que tomaram a iniciativa da Constituição de 33 não pareceu razoável confiar a escolha do Presidente da República a uma assembleia tão limitada, quando os poderes que se lhe atribuíam e a sua situação no cume dos órgãos da soberania e independente de todos eles, postulavam fosse designado pelo conjunto da Nação. Eu devo

esta explicação àqueles que lembraram a promessa feita há anos de não dever mais ser possível um golpe de Estado constitucional.

Surgem-nos daqui porém duas dificuldades: uma referente à viabilidade da experiência corporativa; outra à existência da própria Assembleia Nacional.

Começemos por esta. Pode discutir-se se, existindo uma verdadeira e autêntica Câmara Corporativa, se deverá manter essa forma de representação inorgânica e o sufrágio directo que lhe dá origem. O rigor dos princípios poderia levar à sua extinção; mas as conveniências práticas e a necessidade de conhecer-se e exprimir-se por seu intermédio o interesse geral podem aconselhar que se mantenha e porventura se alargue na sua composição. O hibridismo do sistema não repugna nem é em política coisa de rejeitar. E se os homens independentes de qualquer formação partidária ou representantes de oposições esporadicamente constituídas aí tiverem assento, através de vitórias eleitorais sempre possíveis, nada disso acarretará prejuízos ao funcionamento do regime e à sua evolução. Apesar de a própria União Nacional se dever conservar aberta a todos os que professam um sãõ nacionalismo, talvez se encontrem vantagens em que a vida política fique patente aos mais por outros caminhos.

Agora a organização corporativa.

O liberalismo económico morreu e nós não somos portanto livres de ter ou não ter uma organização. Havemos de adoptar uma. Fomos para a organização corporativa, porquê? Porque nos pareceu que ela nos daria a síntese desejável dos interesses, o ponto de encontro dos representantes qualificados, a possibilidade de entendimento a substituir-se à luta de classes. Se partimos do princípio de que os interesses patronais e operários são essencialmente contraditórios e não solidários e de que, além desses interesses, não há um interesse geral a salvaguardar — o da sociedade ou o do consumidor — nós podemos reconhecer

num e noutro campo a organização e podemos admitir a luta entre ambos, sem nos importar das consequências. Mas esta concepção é tão claramente oposta ao interesse geral que o comunismo, partindo aliás da luta de classes, o que pretende é chegar à destruição dos antagonismos, fundindo no Estado a propriedade dos meios de produção e negando ao mesmo tempo a iniciativa da empresa e a liberdade do operário. Se estes querem manter-se livres, têm de repudiar o socialismo ou o comunismo, mas têm de compreender então que ao Estado se impõe promover uma organização em que a luta seja substituída pela colaboração e pela conciliação dos interesses. Está nisto a razão de ser da organização corporativa.

Acontece porém que nos surgem montes de queixas acerca de alguns organismos, o que pode ser causado ou pela deficiência geral de dirigentes com que lutamos em todos os sectores, ou porque a alguns pareceu que a organização corporativa havia de servir como meio de multiplicar intermediários, de anular a concorrência e de salvar, contra todos, as posições adquiridas por alguns, o que não está no nosso espírito nem é do interesse geral.

É impossível tomar neste momento qualquer posição porque a questão não está suficientemente aprofundada e é preciso esclarecê-la completamente, verificando se o descontentamento atinge os princípios ou a má aplicação destes. Há porém queixas quanto ao pessoal de muitos organismos que a mim me não surpreendem, embora me surpreenda que se repitam sem se lhes dar remédio. O português que é generoso e bom transforma-se às vezes nas repartições atrás das mesas de trabalho, esquecido de que a pobre gente que pede um conselho, deseja um esclarecimento, se justifica dumá falta é a que trabalha e paga para que nós defendamos os seus interesses. Por esse motivo há muito tempo que eu próprio deixei de trabalhar à minha secretária.

III

Seja qual for a sequência dos acontecimentos, penso haver para qualquer governo uma tarefa árdua nos próximos seis meses. Se a Assembleia Nacional aprovar, como esperamos, a lei do Plano de Fomento, e a Câmara Corporativa aprovar, como igualmente se espera, esse Plano, o próximo orçamento terá de reflectir já o peso dos empreendimentos públicos e dos auxílios que ao Estado cabe prestar. Mas como isso representa apenas uma parte e não a maior, é evidente que a Previdência, a Banca, as Companhias de Seguros, e em geral os empresários têm que viver a mesma ânsia de financiamentos e realizações e preparar-se para eles. Tem ainda de lançar-se nos meses próximos o projectado banco de investimentos, para que esteja em condições de trabalho efectivo na mesma altura em que o Segundo Plano de Fomento comece a executar-se. Ele será para a indústria privada um colaborador não só precioso mas indispensável, como fornecedor de crédito e talvez sobretudo como conselheiro e guia.

Falou-se muito durante a campanha eleitoral dos pequenos vencimentos do funcionalismo mais modesto, e com isso se fez grande especulação; mas todos compreenderão o seguinte. Não seria trabalhar com seriedade tomar providências ou compromissos a tal respeito, por maior que fosse a justiça e premente a necessidade, nas vésperas de se lançar um vasto Plano de Fomento, sem se conhecerem as necessidades e se fazer o cômputo das possibilidades para uma e outra coisa. E só quando se definiu o conjunto de meios disponíveis e se fixaram as responsabilidades do Estado, é que pôde dar-se andamento ao assunto dos vencimentos e ordenados do funcionalismo civil e do pessoal militar. Em discurso sem responsabilidade especial pode falar-se mais despreocupadamente e fixar aumentos ou percentagens, mas quem conhece a questão sabe que há aí três problemas a resolver e de grande melindre ou dificuldade: uma nova estruturação das classes de funcionalismo e respectivos

vencimentos, visto a desactualização da actual; a actualização dos vencimentos em relação pelo menos com o custo da vida; o beneficiamento das classes mais modestas em harmonia com as diferenças que se notam no próprio nível que a vida hoje tem. O adiantado dos estudos preparatórios permite-nos afirmar que é possível a reforma a tempo de entrar em vigor com o novo orçamento e o novo Plano, ou seja em Janeiro de 1959.

Não deve esquecer-se que em relação ao funcionalismo um dos problemas mais prementes é o da habitação e também o da assistência na doença e que ambos já tinham sido considerados na lei de meios do corrente ano. Nós não podíamos porém prever que a campanha eleitoral até no preenchimento de boletins tivesse influência, pois se fez constar que não se seguiria nenhum acto de execução, e que apenas se tratava de propaganda do Governo. Mas as coisas retomaram o seu curso e hão-de cumprir-se como as mais.

IV

A renovação ou vivificação do regime, se por este caminho se entende seguir, imporá mudanças de pessoal em vários escalões. O poder cansa, gasta e desgosta os que o suportam, mesmo quando não há razão. Estes são como os doentes: voltando-os no leito, ficam com as mesmas dores e parece-lhes que estão melhor. Sabe-se que tenho sido um tanto refractário a mudar por mudar, e isso provém de duras lições da experiência e de um certo conceito de serviço público que sei não é o corrente. Compreendo porém as impaciências ou as necessidades políticas para cuja criação não desejo contribuir. Estou aliás convencido de que não devem ser sempre os mesmos os canais humanos por onde se exercem influências de qualquer ordem. No fundo tem de ponderar-se a cada momento vantagens e inconvenientes, muitos dos quais nascem da nossa defeituosa formação. Se não fora assim, diríamos que a Suíça não é um

país modelar, só porque vários dos seus ministros chegam a ter dezenas de anos de serviço e morrem na função.

Esta questão foi posta sob o nome de imobilismo e o caso respeita em maior grau ao próprio Presidente do Conselho. De facto, passados trinta anos, nós podíamos já dispor, à moda antiga, de uma trintena de Chefes do Governo, a cuja inteligência e honestidade faríamos justiça, sobretudo depois de mortos, sem que se lhes evitasse em vida um sentimento pessoal de frustração por falta de tempo de porem em prática as suas ideias de governo. Atrevo-me a dizer alguma coisa mais sobre este assunto, apesar da sua delicadeza, porque mesmo entre os nossos não se possui ideia exacta da questão.

Sou o primeiro a compreender que não se devem barrar, além do necessário, os caminhos por onde os maiores valores ascendam aos altos postos: além de que as forças diminuem e a capacidade de trabalho deixa de corresponder às exigências, a Nação só terá a lucrar com o alargamento de tais possibilidades. Simplesmente, embora o tenha proposto, não tenho forçado uma saída, na esperança de atingir um grau de estruturação e consolidação do regime que lhe permitisse singrar sem dificuldades de maior. Muitos por certo o fariam tão bem, melhor que eu, mas nós encontrámo-nos em face de um sentimento que originou o que podemos chamar a visão catastrófica dos acontecimentos, e essa trouxe aos espíritos uma sorte de inibição. Este modo de ver não é justificado mas tem agido como pesada realidade política que nos devemos esforçar por modificar, deixando ao sentimento a parte que lhe toca mas permitindo à razão discernir como lhe cumpre. Em resumo, sou um homem que está sempre preparado a partir, não digo que sem desgostos mas sem desilusões.

Muito desejava eu que todos os que são guindados às culminâncias das honrarias e do poder, e o julgam sua pertença e direito, ou alguma vez gozaram dos favores da multidão, meditassem um pouco a Paixão de Cristo como é descrita em qual-

quer dos Evangelhos. Há sobretudo dois pontos dignos de reparo.

Num domingo Jesus entra em Jerusalém triunfalmente. Aquela multidão que atraía a si deixando cair sobre as suas misérias uma palavra de consolação ou luzir o raio de uma esperança, estendia as vestes, juncava de plantas o caminho, seguia-O em apoteose. Pois em quatro dias, que tantos são os que vão de domingo a quinta feira, secaram as flores, murcharam as palmas e os louros, calaram-se os hossanas e os vivas e até as gentes miraculadas não consta que tornassem a aparecer.

O outro ponto refere-se ao Chefe dos Apóstolos. S. Pedro aparece-me como pura emanção da natureza, filho da terra ou do mar, aberto, simples, leal, firme na amizade como uma rocha e tanto que Cristo quis fundar sobre ela a sua Igreja. No Jardim das Oliveiras ainda teve uma reacção viva; depois foi colhido pelo pavor geral; ainda assim meteu-se no meio da turba, errava por aqui e por ali, seguia como estranho as diligências do processo, tentando penetrar o que podia sair do julgamento. Eis então que uma criadita que por ali andava em serviço reparou na fala de Pedro pela qual lhe pareceu que teria algo que ver com os acontecimentos, e Pedro não só nega mas jura e torna a jurar que nem sequer conhecia o Mestre. Diz o Evangelho que a seguir saiu do pátio e chorou amargamente. As lágrimas devem ter lavado a fealdade do acto e o arrependimento foi tal que a chefia da Igreja não lhe foi retirada e nem sequer discutida. Mas aquela negação ficou para sempre como o protótipo da traição, a traição pura, quero dizer, sem fim, sem razão e sem proveito. A acusadora não tinha categoria ou representação oficial; a imputação não tinha gravidade; demais o momento foi para o Mestre o da tristeza infinita que deve inundar uma alma acusada sem provas e condenada inocente. Ainda se pode admitir que a amizade houvesse diminuído, que a fé se entibiasse, que o futuro se deparasse incerto quanto à aceitação da nova doutrina. Mas o conheci-

mento pessoal do Mestre esse era um facto incontroverso, não podia ser negado, e só o foi de facto naqueles momentos de miséria em que a alma humana se afunda e atinge a última degradação.

É claro que o facto é único na história pelas circunstâncias e pelas pessoas, e não se repetirá mais como se passou. A nós, pobres de Cristo, só podem acontecer-nos pequenas coisas que sem motivo nos espantam — haver quem esqueça as mercês recebidas, não corresponda aos serviços que se lhe prestaram, não se contente com todas as satisfações do interesse ou da vaidade — coisas que não significam nada e são apenas expressão de fraqueza desta pobre humanidade.

V

Ninguém pode dizer com verdade que foram escassas as liberdades concedidas na última campanha. Foram precisamente até àquele ponto em que a ordem ameaça subverter-se e, quando não há ordem, verifica-se que as mesmas liberdades continuam a não ser bastantes para alguns, e deixam de ser garantidas a todos os demais. Há gente para quem a liberdade tem um sentido essencialmente agressivo. Vi sustentar a tese de que o fenómeno se verificou exactamente porque não é aquele o regime normal e existem limitações que se desejariam ver desaparecidas. A conclusão parece-me simplista; mas não a discuto. As liberdades ilimitadas a si próprias se destroem, e os limites em que as leis as confinam dependem das possibilidades de serem usadas sem dano, as quais possibilidades estão mais dentro de nós que na vontade do legislador. Mas adiante.

Desde alguns extremistas monárquicos até aos democratas e aos comunistas — é delicioso ver como neste País os comunistas acamaradam com aqueles e reclamam liberdades, decerto para as exportarem depois para além da cortina de ferro onde parece fazerem alguma falta — a actual lei de imprensa e, senão

esta, a existência da censura prévia foi considerada como contradizendo o princípio constitucional da liberdade de expressão. Isto não é exacto, mas a questão tem-se deixado como questão aberta, digamos a ser tratada e discutida livremente, porque, sendo de tão grande interesse, pode ser que a discussão a esclareça e nos permita retomá-la em mãos de modo que se conciliem os diversos interesses. Reparemos desde já em que a censura é entre nós tão benévola que se deixa discutir a si própria, não já nos erros que cometa mas nos seus princípios e na sua função.

Por ora só tenho visto mais desenvolvidamente tratado o aspecto da dignidade intelectual do jornalista, supostamente atingida pela interferência de organismo estranho à empresa em que trabalha. Mas o assunto é muito mais complexo do que parece. Ou de facto a imprensa com as suas irmãs mais novas, a rádio e a televisão, não exercem influência alguma na formação da opinião pública, e não vale a pena gastar tanto tempo com estas discussões, ou exercem, e então os governos para os quais, como entre nós, à opinião é atribuída constitucionalmente uma função de força social têm de evitar a sua perversão. E têm também de defender o interesse nacional. O direito reconhecido ao jornalista ou ao escritor não pode aspirar ao absoluto e tem de ser enquadrado naquelas duas necessidades essenciais. O problema é extraordinariamente difícil e não se lhe encontrou em parte alguma solução satisfatória, porque, além de um aspecto subjectivo que não se pode eliminar — a *minha* verdade, a *tua* verdade — há interesses económicos e interesses políticos vastíssimos e perturbadores na formulação e venda da informação e da doutrina, distribuídas depois ao domicílio, e de que os países têm por vezes de acautelar-se, se quiserem salvar a alma e sobreviver.

Eu compreendo que a Censura molesta um pouco os jornais, mesmo independentemente de quaisquer deslises ou falhas de apreciação, mas não há dúvida de que a sua existência tem permitido uma segurança de trabalho e até uma liberdade de

acção — o que parece contraditório mas não é — que não vemos noutros regimes supostamente mais liberais. Não há um caso de apreensão, muito menos de assaltos ou empastelamentos como outrora, e pode dizer-se que nem suspensões de publicação ou delitos a julgar em tribunais. Há jornais monárquicos e republicanos, católicos e protestantes, políticos ou simplesmente noticiosos, neutros, favoráveis ou pertinazmente inimigos, e todos sabem que só podem ser o que são porque não estão dependentes do Governo nem por qualquer forma, já bem compenetrados dos limites, se sentem coactos na sua actividade. A imprensa deve saber que há numerosas formas possíveis de actuação administrativa através das quais «inocentemente» se pode negar na prática, diminuir ou distorcer a sua liberdade legal; mas esse é um campo que nos está vedado, pelo que o interesse público tem de ser defendido sem que obrigue a tais intervenções. É preciso reconhecer que quem governa tem em relação ao interesse nacional responsabilidades graves que não pode trespassar a outros e nos casos duvidosos tem fatalmente de prevalecer o seu juízo. Nesta espécie de interinidade que decorre até à posse do novo Chefe do Estado, não se pode ir mais além; mas se vier a ser possível chegar a um texto legal que suprima ou diminua as razões de queixa apresentadas, ressaltando, como cumpre, o interesse público, ninguém por capricho ou teimosia se lhe oporá.

Isto quanto ao ponto central da questão, porque relativamente a coisas de importância secundária, como as críticas à administração geral ou local ou de organismos económicos, nunca se viu motivo para não se permitirem. Eu sou grande leitor de jornais e testemunha dos benefícios que se podem tirar, conhecendo por eles as aspirações ou reclamações dos povos e os motivos dos seus descontentamentos. Muitas vezes posso sobre esse noticiário pedir informações aos serviços, activá-los, tirar algum bem da intervenção. Os jornais devem porém compreender as suas limitações próprias, derivadas de muitas cau-

sas, mesmo estranhas à sua boa vontade e sacrificios económicos, que algumas vezes são nestas apreciações involuntários veículos de animosidades pessoais e não poderão fugir a uma espécie de empolamento que sofrem as coisas em letra redonda, quando comparadas com a nossa observação ou com a documentação oficial. Parece-me que haverá grande utilidade em estudar formas de contacto que ajudem a imprensa a estar oportunamente informada da política e da administração pública, mas, por mais esforços que se façam, parece-me que ela não poderá ir facilmente em relação aos grandes problemas, além de um plano de certa aproximação.

Para aligeirar um pouco a exposição, contarei o episódio seguinte. Há muitos anos, no velho Convento dos Grilos em Coimbra, discutia-se a propósito de uma notícia de jornal que me dizia pessoalmente respeito, o valor informativo da imprensa. Eu não tinha saído naquele dia, não tinha viajado naquele comboio, não fora àquela terra, não estivera ausente aquele tempo. Onde a verdade da informação? O Senhor Cardeal Patriarca que sempre foi de espírito mais liberal do que eu, concluiu que a verdade, a essência da notícia estava *em que tinha saído* de Coimbra. Não fiquei convencido, mas a vida ensinou-me depois que mesmo essa pequena fracção de verdade pode ser útil, porque por ela se pode vir a conhecer e a afinar o resto.

V I

Eu quero concluir com duas notas apenas.

Alguns agitadores têm procurado arrastar operários industriais e trabalhadores do campo para greves de protesto político. As eleições acabaram e a greve é entre nós um crime. Nós não podemos permitir que por tal forma se tente eternizar um processo findo, e mesmo com o coração a sangrar por causa das consequências que daí advêm para pessoas geralmente des-

providas de bens, somos obrigados a enfrentar esses acontecimentos com a maior dureza. Parece-nos absolutamente essencial que o trabalhador viva na salutar convicção de que só a ordem lhe pode assegurar trabalho e que dessa convicção tire a força de ânimo — outra não é preciso — para resistir às imposições escravizadoras dos condutores duma agitação social que julgamos sem esperança e sem futuro.

O mundo está a sofrer sob todos os aspectos uma grande e rápida transformação. A gravidade dos problemas que enfrentamos não vai por isso diminuir, mas aumentar cada vez mais. E a tarefa é tão grande que não sei como haja quem a não sinta e a não queira servir. Além disso somos um pequeno país, de reduzida população, modestas forças e certas debilidades estruturais. Duas coisas nos serão sempre necessárias: um governo forte e uma nação unida no pensamento de se perpetuar e engrandecer. Daí a minha intransigência para com todo o regime, toda a actividade, toda a agitação política que esterilizem os governos, sem distinção de pessoas, ou cavem divisões profundas no agregado nacional. Penso que desservirão o nosso interesse de nação e o todo tenderá a desagregar-se sem recuperação possível.

Não há leis, nem constituições, nem regimes políticos, nem organização de força que por si garantam a finalidade nacional a atingir, se os espíritos a não partilham, a não prosseguem e defendem, cada qual em seu sector. Haverá sempre algumas incompreensões e descontentamentos em coisas secundárias. Contrapõem-se-lhes porém as dedicações fiéis e os espíritos desinteressados, capazes do sacrifício e da luta por causas superiores. Os votos entrados nas urnas e os muitos milhares de apelos, angustiados ou vibrantes, recebidos nos últimos tempos dos portugueses de Portugal e dos que andam pelas mais longínquas regiões do mundo, não me parece poderem ter outro sentido que o expresso aqui.

EDIÇÕES

S·N·I

LISBOA

BN



9789971367444

S.N.I.